

AÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ____ VARA PREVIDENCIÁRIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE _____

AUTOR: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

ADVOGADO(A): _____

OAB/UF Nº: _____

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ENDEREÇO DA AGÊNCIA: _____

I – DOS FATOS

O Autor, segurado da Previdência Social, encontra-se incapacitado para o trabalho devido a enfermidade que o acomete, conforme documentos médicos anexados.

Requeru administrativamente o benefício de auxílio-doença, porém teve seu pedido indeferido pelo INSS, fato este que motivou a presente ação.

II – DO DIREITO

O benefício de auxílio-doença é devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, conforme dispõe o art. 59 da Lei nº 8.213/91.

O Autor preenche todos os requisitos legais para a concessão do benefício, estando comprovada a incapacidade laborativa por meio dos laudos e atestados médicos anexados.

III – DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

- Cópia do documento de identidade e CPF;
- Cópia do comprovante de residência;
- Laudos, exames e atestados médicos que comprovam a incapacidade;
- Cópia do requerimento administrativo e decisão do INSS;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Outros documentos úteis para comprovação do direito.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A concessão da tutela antecipada para que o benefício de auxílio-doença seja imediatamente concedido ao Autor, com pagamento dos valores atrasados desde a data do requerimento administrativo;
2. A citação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para que, querendo, conteste a presente ação;
3. A procedência total do pedido, com a confirmação da tutela antecipada, condenando o INSS a conceder o benefício de auxílio-doença ao Autor, com o pagamento dos valores retroativos devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais;
4. A condenação do INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, custas processuais e demais cominações legais;
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)
OAB/UF Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/acao-de-auxilio-doenca/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.